



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2023

Processo Administrativo n. 53/2023
Dispensa de Licitação n. 24/2023

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Celso Tozzo, n. 27, inscrito no CNPJ sob o n. 95.990.198/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Clodoaldo Brincini, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a Empresa **VANIA PERUZZO 02261481900, inscrita sob** CNPJ: 30.652.888/0001-08, estabelecida na Rua LINHA SCHIAVINI, Interior, Concordia/SC, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei n. 8.666, de 1993, demais legislações pertinentes, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE GRUPO TEATRAL PARA ABORDAR E TRABALHAR O TEMA DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**, de acordo com o Termo de Referência e demais documentos do Processo Licitatório 53/2023.

1.1. Fazem parte deste Contrato as normas vigentes, soberanamente, instruções e ordens de serviço e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante sua vigência decorrentes das alterações permitidas em lei.

1.3. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL

2.1. A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste contrato, por um período de até 01 mês.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O Município pagará pelo objeto contratado, um valor global estimado de **R\$ 3.699,00 (Três mil e seiscientos e noventa e nove reais)**.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1. Não haverá reajuste e atualização dos valores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO, DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1. O objeto do presente contrato será realizado sob Forma/Regime: Direta.

5.2. As despesas decorrentes desta dispensa de licitação correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.008 – Elemento 3.3.90 – Despesa 91), prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 dias da entrega, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pela Secretaria Solicitante.

6.2. O pagamento fica condicionado a total execução do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido;
- b) Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Caberá a CONTRATADA:

1. Executar a entrega de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
2. Executar a entrega dos serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
4. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
5. Manter equipe de profissionais, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
6. Disponibilizar os serviços em perfeito estado.
7. Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

9.2. A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os

quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA.

9.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO

10.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.3. A contratação será para a prestação do serviço na data aproximada de 18 de maio, com uma sessão matutina e duas sessões vespertinas, na Escola Básica Estadual Cordilheira Alta e na Escola Municipal Alceu Mazzioni, com no mínimo 30 (trinta) minutos cada sessão;

10.4. A apresentação será para os alunos do 6º ao 9º ano, com público alvo em torno de 300 alunos.

10.5. Apresentação de peça teatral abordando o assunto: “Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”; para conscientização e encorajamento, caso esteja acontecendo perto ou com as crianças ou adolescentes atos de abuso ou exploração sexual, para estarem atentas e saberem a quem recorrer e pedir socorro ou ajuda.

10.6. A programação será organizada com os setores responsáveis em conjunto com a empresa.

10.7. A empresa deverá estar pronta para apresentação no horário marcado para início do teatro.

10.8. Todos os custos com deslocamento, alimentação, encargos sociais, bem como figurinos e demais materiais necessários para apresentação serão por conta da contratada.

10.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.10. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SECRETARIA COMPETENTE PARA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. É competente para o pleno e total recebimento do objeto deste contrato, bem como a fiscalização do seu cumprimento, a Secretaria Solicitante.

12.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora Daiane Pizzatto Gabriel, matrícula nº 13675/1 que atuará como representante institucional, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Pelo descumprimento do ajuste a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, conforme o caso:

a) Multa de 10% (dez por cento) pela recusa em retirar Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou retirar com atraso, sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;

b) Multa de 20% (vinte por cento) por inexecução parcial do contrato a qual incidirá sobre o valor da nota de empenho;

c) Multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total do contrato, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho.

d) Multa de 20% (vinte por cento) por problemas técnicos relacionados com o objeto da presente locação, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;

e) Multa de 20% (vinte por cento) por rescisão do contrato decorrente de inadimplência da CONTRATADA, a qual incidirá sobre o valor do saldo do contrato na ocasião;

f) Todas as demais sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93.

12.2. As penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente, conforme dispõe o § 2º, do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

12.3. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação da empresa apenada. A critério do CONTRATANTE e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a CONTRATADA tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor correspondente às multas será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

13.2. O contrato, também, poderá ser rescindido pela simples manifestação de vontade das partes, desde que haja comunicação escrita, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

13.3. Em ambos os casos, a Contratada fará jus a remuneração pelos serviços realizados e não pagos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Chapecó/SC., renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de único teor e validade, para um só efeito legal.

Cordilheira Alta/SC, 17 de abril de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

VANIA PERUZZO 02261481900
CNPJ: 30.652.888/0001-08
Contratada

Testemunhas:

Angelita Gabriel
CPF: ***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889**

Fiscal de Contrato:

Daiane Pizzatto Gabriel, matrícula n° 13675/1